

# Golpes de Estado em África e militarização dos regimes

**A**doptando o critério de classificação do fenómeno relativo aos intervenientes, o golpe de Estado constitui-se, na grande maioria das casos, como uma guerra interna, mesmo considerando apoios e estímulos externos. Estamos a falar de uma acção caracterizada pela rapidez e surpresa, executada por determinado conjunto ou grupo, com a valência de utilização da força física/militar, com a principal finalidade de tomar o poder. Importa ainda acrescentar que nos estamos a referir a grupos naturalmente restritos, o que nos remete para a ideia de uma acção ou acções que não implicam e não envolvem as massas populares.

Parece-nos útil acrescentar ou induzir pensamento para outra tipologia de acção, sobretudo no caso em que aquele grupo restrito seja constituído maioritariamente por militares; estamos a abordar o quadro conceptual da revolta militar. Do ponto de vista teórico, a última consubstancia acção de parte, senão significativa, pelo menos importante e representativa, das forças militares e até policiais, também com o intuito de derrubar a autoridade de facto.

Ambas as acções podem confundir-se porque têm como finalidade o derrube da autoridade; são efectuadas por um grupo restrito de pessoas e não envolvem a utilização e participação das massas populares. A diferença está, essencialmente, no seguinte: o golpe de Estado, na esmagadora maioria das situações, não pressupõe grandes alterações dos chefes, estruturas e organizações militares e, na sua preparação, garante-se o seu apoio, pese embora possam ocorrer, por razões sempre justificáveis, substituições de alguns comandantes ou a deslocalização e desmantelamento de algumas unidades que possam revelar indícios de comportamento incerto. A revolta militar não pressupõe um apoio na estrutura e forças militares, tais como existem no momento, pelo menos em toda ou em parte significativa e será por isso que a adesão dos elementos e respectivos comandantes não participantes ou que apoiam a autoridade de facto será importante para o sucesso da revolta; de outra forma, estão criadas

condições para se evoluir para situações de guerra civil.

Em contextos teóricos e académicos, o exposto anteriormente associa-se à questão da lealdade das Forças Armadas ao poder político, que se poderá constituir como obstáculo a golpes de Estado e revoltas militares com sucesso; aquela lealdade, em momentos e espaços diferenciados, pode ser garantida, no extremo, pela percepção da legitimidade governativa, por um lado e, por outro, pela ideia e prática de as forças militares, militarizadas e até policiais podem retirar maiores benefícios do regime instalado.

Sobre o termo «militarização», este relaciona-se com o «militarismo», que pode ser entendido como doutrina política que advoga a ideia de as Forças Armadas governarem os destinos de um povo, organizado politicamente, seja na forma de Estado, seja noutra qualquer tipologia.

A ideia da militarização simplifica-se, muitas vezes, na lógica da ocupação ou tentativa de ocupação do poder pelas Forças Armadas mas, de facto, temos que a complexificar; muitas vezes significará mais que isso e este incremento materializa-se ou deveria materializar-se na concepção e implementação de determinado projecto político para aquele povo, aquela nação, politicamente organizada.

Muitas das vezes, as intervenções das Forças Armadas na designada política de um Estado correspondem à fragilização e incapacidade de outras instituições o fazerem e, nestes casos, até falamos do papel moderador da Instituição militar. Mas o que importa, neste pequeno enquadramento conceptual, é que na situação descrita, a instituição militar, através do projecto definidor, também se ocupa do estabelecimento, execução e controlo da gestão de todos os sectores e aspectos civis das sociedades. É a militarização destas, numa palavra.

## O “golpe de Estado” em África

Retivemos certamente que as acções descritas manifestam formas violentas de tomar o poder ou garantir alternância, grande parte das vezes sem envolvimento imediato

## MILITARES E GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA

**Mauritânia** – Em Agosto de 2008, o ex-chefe do Estado-Maior do Exército e comandante da Guarda Presidencial, general *Mobamed Ould Abdel Aziz* toma o poder.

**Guiné** – Em Dezembro de 2008, o capitão *Dadis Camara*, liderando uma junta militar, toma o poder.

**Madagáscar** – Em Março de 2009, o líder da oposição ao presidente *Ravalomanana*, assumiu o poder, com o apoio maciço do Exército.

Fonte: *Security Council Report*, Abril de 2009.

das populações, ao contrário das acções revolucionárias, na sua pureza.

Num continente caracterizado pela república como forma de governo esmagadoramente maioritária, cerca de 80%, podemos verificar a utilização do golpe de Estado como acção prioritária seleccionada para aceder ao poder. Existe alguma discrepância relativamente a números apresentados, derivando certamente do entendimento conceptual de golpe de Estado, de conspiração no sentido do planeamento ou mesmo de revolta militar e até de revolução.

Mas o que importa é destacar o número elevado de situações e isso é possível:

de acordo com um estudo de *Patrick J. McGowan* publicado em 2003 no *Journal of Modern African Studies*, no período compreendido entre 1960 e 2001, registaram-se 109 tentativas marcadas pelo insucesso e oitenta e dois golpes de Estado que vingaram e estes números têm aumentado até aos nossos dias.

*Komi Tsakadi*, em Dezembro de 2008, em artigo publicado em 1998, no *Journal of Peace Research*, refere o número de 267, entre tentativas e golpes de Estado com sucesso, no período compreendido entre 1960 e 1990.

Parece assim não haver dúvida de que a tomada do poder pela força em África é sintomática. Sobre as razões e alguns elementos interessantes, avançaremos mais à frente, mas uma coisa também parece certa: é que o método e as variâncias de poder não vieram modificar a realidade africana, caracterizada pelas pobres condições económicas e instabilidade política.

Em todos os casos, as Forças Armadas e os seus chefes, desempenharam papel

importante e decisivo, senão o principal, o que não é de estranhar, dado que, em última análise, são detentores dos meios da violência física e militar. Esta realidade também induz logo a ideia ou percepção, pelo menos às populações em geral, do militarismo e/ou da militarização.

Por outro lado, em sociedades modeladas por diferenças substanciais, nos mais variados aspectos, pobres também em índices educacionais, mas principalmente ressurgidas de guerras civis ou governadas por grupos que tomaram o poder pela força, os seus diferentes sectores são por eles controlados ou pelos seus apoiantes ou famílias, mesmo depois de desmilitarizados, e a imagem social, na generalidade, é a de receio e incompreensão de projectos políticos, se assim os podemos chamar, até porque muitos deles se tornam carentes de resultados positivos, o que, em última análise, propicia outro golpe.

O insucesso social e económico resultante leva muitos autores, como por exemplo *Elaigwu* (1981), a referir que a militarização da política no continente africano não trouxe, de forma clara, alguma vantagem.

Estudos efectuados com o auxílio da econometria procuraram responder à questão da grande frequência de golpes de Estado em território africano; tal é o caso das reflexões (2005) de *Paul Collier* e *Anke Hoefler* do Departamento de Economia da Universidade de Oxford. Dos resultados, poderemos destacar:

- a significativa importância dos factores económicos, tais como a falta de crescimento económico e os baixos rendimentos *per capita*, no despoletar da tendência da execução de golpes de Estado; a estes

factores, que poderiam ser mitigados pela homogeneidade étnica ou alguma dominância por parte de determinada componente, acresce a diversidade de etnias existente; sobre esta possível causa, diríamos somente que pode ser integrada no quadro mais vasto de um ambiente sociopolítico frágil, marcado pela incapacidade governamental e pela falta de cultura política de um povo, muito particularmente de quem o governa, contribuindo em muitos casos, pela extrema fragilidade do Estado, que não consegue garantir os fins teleológicos à intervenção de forças militares;

- o incremento da despesa militar ou a melhoria das condições dos militares, ao

#### ÁFRICA: O CONTINENTE DOS GOLPES DE ESTADO

**Gana** – Fevereiro de 1966  
**Líbia** – Setembro de 1969  
**Uganda** – Janeiro de 1971  
**Nigéria** – Julho de 1975  
**Seychelles** – Junho de 1977  
**Rep. Centro-Africana** – Setembro de 1978  
**Burquina Faso** – 1983  
**Mauritânia** – Dezembro de 1984  
**Sudão** – Abril de 1985  
**Burundi** – Setembro de 1987  
**Gâmbia** – Julho de 1994  
**São Tomé e Príncipe** – Agosto de 1995  
**Comores** – Setembro de 1995  
**Serra Leoa** – Janeiro de 1996  
**Nigéria** – Janeiro de 1996  
**Burundi** – Julho de 1996  
**Zaire** – Maio de 1997  
**Serra Leoa** – Maio de 1997  
**Congo-Brazzaville** – Outubro de 1997  
**Níger** – Abril de 1999  
**Comores** – Abril de 1999  
**Guiné-Bissau** – Maio de 1999  
**Costa do Marfim** – Dezembro de 1999  
**Rep. Centro-Africana** – Março de 2003  
**São Tomé e Príncipe** – Julho de 2003  
**Guiné-Bissau** – Setembro de 2003  
**Togo** – Fevereiro de 2005  
**Mauritânia** – Agosto de 2005  
**Mauritânia** – Agosto de 2008  
**Guiné** – Dezembro de 2008  
**Madagáscar** – Janeiro de 2009

Fonte: adaptado de NHANTUMBO, Noé (2008) — *Golpes de Estado em África*. Internet: <http://comunidadeemocambicana.blogspot.com/2008/06/golpes-de-estado-em-africa.html>, 14 de Junho de 2009, 23h15min.

contrário do que se poderia pensar, fará aumentar o risco de ocorrência de golpes de Estado; isto pode ser explicado pela possibilidade de que melhores condições propiciam um acréscimo de *status* que, por sua vez, poderá induzir nos comandantes outro tipo de ambições. De outro ponto de vista, umas Forças Armadas cujo único elo de coesão são as condições que proporcionam serão mais fáceis de comandar, por parte de um chefe ambicioso. Na nossa opinião, a militarização de alguns sectores-chave da sociedade também poderá ajudar ao golpe;

- o estudo concluiu que Forças Armadas significativas do ponto de vista quantitativo, contrariando igualmente o que a intuição nos tenta dizer, induzem maior probabilidade de ocorrência de tentativas da guerra interna, explicável, de acordo com os autores, pela existência de maior número de grupos no seio militar, separados pelo ressentimento, sentimentos de vingança, ambições diferenciadas e, acrescentaríamos nós, vários suportes ideológicos, religiosos e étnicos;

- a utilização do golpe de Estado para a tomada de poder agrava a tendência para o contragolpe e assim sucessivamente; se um grupo político quer ver legitimado o acesso ao poder através do método violento, estará a legitimar quem tente a alternância pela mesma via.

Ainda gostaríamos de acrescentar as questões relativas à legalidade e à legitimidade. Se relativamente a esta, poderá o próprio povo, manipulado ou não, pressionar no sentido de uma acção deste tipo ser considerada legítima, já do ponto de vista da legalidade, a matéria apresenta-se como muito problemática. É neste contexto que a Organização da Unidade Africana, depois União Africana, em 1999, emitiu a conhecida Declaração de Argel, onde se condena a tomada de poder com recurso ao golpe de Estado. De qualquer maneira, como se verifica, o documento e/ou toda a legislação internacional sobre a matéria não produziram nenhum efeito prático, apesar de o primeiro, por exemplo, preconizar sanções contra os prevaricadores.

Bem pelo contrário, diferentes dirigentes

#### POSIÇÃO POR ORDEM DE IDH

(universo de 177 países)

##### Desenvolvimento Humano Médio

**São Tomé e Príncipe** – 123  
**Guiné Equatorial** – 127  
**Comores** – 134  
**Gana** – 135  
**Mauritânia** – 137  
**Congo** – 139  
**Madagáscar** – 143  
**Sudão** – 147  
**Togo** – 152  
**Uganda** – 154  
**Gâmbia** – 155

##### Desenvolvimento Humano Baixo

**Nigéria** – 158  
**Guiné** – 160  
**Costa do Marfim** – 166  
**Burundi** – 167  
**Rep. Democrática do Congo** – 168  
**Chade** – 170  
**República Centro-Africana** – 171  
**Níger** – 174  
**Guiné-Bissau** – 175  
**Burquina Faso** – 176  
**Serra Leoa** – 177

Fonte: PNUD (2007) — *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, EUA.

parecem ter encontrado solução em manobras eleitorais menos claras e até em alterações de natureza constitucional, facilitando legitimações e legalizações de permanência no poder; situações fáceis, até porque algumas vezes, o próprio poder legislativo assim se erigiu pela via da violência;

- a instabilidade política existente ou que entretanto foi criada pela tentativa ou mesmo realização de um golpe de Estado com sucesso, e que não é ultrapassada, induz em pouco tempo, a existência de nova alternância política pelo mesmo método. Prova-se que, se este círculo vicioso de golpe e contragolpe não for quebrado, o mesmo tende a perpetuar-se.

#### Cenários futuros

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008 faz realçar, entre outras coisas, o predomínio dos Estados africanos, em

particular da África subsariana, na parte final da tabela, quer no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano, quer a indicadores de natureza económica.

Em estreita associação, verifica-se a existência de alguns regimes que têm muita dificuldade, por uma série de factores, nos quais se incluem o cultural e o histórico, em justificar a sua inserção num Estado cumpridor das finalidades teleológicas e que, porventura, só existe como tal, dos pontos de vista formal e jurídico. No fundo, poderemos estar perante abstracções, em que o cidadão comum terá grande dificuldade em conviver, na justa medida em que não sente verdadeiras melhorias da sua condição de vida, ao mesmo tempo que vê classes ditas elitistas e governantes a acumular riqueza, por vezes desmesurada, sem praticar a boa governança, ao mesmo tempo que legalizam a sua cristalização no poder.

Como tal, existe grande possibilidade de o golpe de Estado se manter como método para a alternância política e as forças militares, neste contexto, continuarem a ser percebidas como ameaça para os próprios regimes. ■